

DIREITO AMBIENTAL – DAB

Competência técnica: Sustentabilidade
Conhecimentos relacionados: Responsabilidade Socioambiental

Objetivo Geral

Fazer com que os participantes saibam identificar as principais legislações sobre matéria ambiental, os caminhos para defesa do meio ambiente, os princípios que norteiam a matéria, servindo como ponto de partida para aprofundamentos, caso seja do interesse dos alunos.

Objetivos Específicos

- Reconhecer a importância da defesa do meio ambiente, como forma de preservação para a geração atual e futura;
- Identificar as principais legislações sobre matéria ambiental, iniciando pela Constituição da República até as leis ordinárias e resoluções mais relevantes;
- Identificar os caminhos para defesa do meio ambiente, partindo da importância da ação civil pública como meio eficaz de proteção do meio ambiente até demandas menos utilizadas;
- Reconhecer e diferenciar os principais princípios que norteiam a matéria, tais como os princípios do poluído-pagador; da prevenção, precaução e da vedação ao retrocesso ambiental.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, estudos de casos, recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- O que se entende por meio ambiente:
 - Meio ambiente natural;
 - Meio ambiente artificial;
 - Meio ambiente do trabalho;
 - Meio ambiente cultural.
- A constitucionalização do meio ambiente no Brasil:
 - A importância da CRFB/88;
 - Meio ambiente e direito fundamental;
 - A sociedade de risco;
 - Sustentabilidade – Solidariedade Intergeracional.
- Princípios do Direito Ambiental:
 - Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental;
 - Princípio da solidariedade intergeracional;

- Princípio da prevenção/precaução;
 - Princípio do poluidor-pagador;
 - Princípio do usuário-pagador;
 - Princípio da vedação ao retrocesso ambiental.
- Responsabilidade Civil ambiental.
 - Política nacional do meio ambiente – principais legislações:
 - Lei 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente (Resoluções CONAMA);
 - Licenciamento ambiental;
 - Código de Águas – Lei 6938/81 – Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9433/97;
 - Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010;
 - Lei de Biossegurança – Lei 11.105/05.
 - Espaços territoriais especialmente protegidos
 - Tutela do meio ambiente – instrumentos processuais.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- BARROS, Wellington Pacheco. *A Água na Visão do Direito*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2005.
- BELCHIOR, Germana Parente Neiva. *Hermenêutica Jurídica Ambiental*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.
- DEMAJORIVIC, Jacques. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental*. São Paulo: SENAC, 2001.
- FLORES, Nilton Cesar. *A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas facetas*. São Paulo: Millennium, 2012.
- MARTINS, Tais. *Meio Ambiente e Atividade Empresarial*. Curitiba: Juruá, 2014.
- MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 9. ed. São Paulo: Ed. RT, 2014.
- SEGUIN, Elida. *O direito ambiental: nossa casa planetária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *Gestão Ambiental, instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- PORTUGAL, Milene Rodrigues e outro. "A Mata Atlântica vista de perto no estudo do caso concreto." In: *Comentários à legislação ambiental do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- TESSLER, Luciane Gonçalves. *Tutelas jurisdicionais do meio ambiente: tutela inibitória, tutela de remoção, tutela de ressarcimento na forma específica*. São Paulo: RT, 2001
- TRIGUEIRO, André. *Espiritismo e Ecologia*. 2. ed. Brasília: Feb, 2009.
- A Proteção das Águas Subterrâneas no Direito Internacional e Nacional. *Revista de Direito Ambiental*. vol. 57. Jan. 2010
- Tema em destaque: Crise Hídrica. *Revista de Direito*. TJ-RJ. vol. 103.

Carga horária

15 horas

Atualização: 28/08/2018	Revisão: 04
-------------------------	-------------